



O que são as políticas públicas de saúde?

As políticas públicas, por definição, são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos,

Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de Humanização do SUS e de Saúde do Trabalhador. Programa “Brasil Sorridente” – Um conjunto de ações para melhorar as condições de saúde bucal. Programa “Farmácia Popular do Brasil”. Criação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras).

Qual o objetivo das políticas públicas de saúde?

As políticas públicas em saúde integram o campo de ação social do Estado orientado para a melhoria das condições de saúde da população e dos ambientes natural, social e do trabalho

Quais são os 5 princípios da promoção da saúde?

A Promoção da Saúde, segundo a Carta de Ottawa, contempla 5 campos de ação: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes saudáveis, capacitação da comunidade, desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas e reorientação de serviços de saúde.

Quem são os responsáveis pelas políticas públicas?

O Poder Legislativo ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida.

Por que as políticas públicas não dão certo?

“Um dos motivos que levam a falhas nos resultados de políticas públicas é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento, de acordo com algumas visões da prática ou escolas de pensamento”, aponta o autor.

Quem deve dialogar com as políticas públicas?

Assim, a discussão, a elaboração e a fiscalização das políticas públicas não devem estar somente “nas mãos” de representantes eleitos, mas também nas de outros atores que participam dos novos espaços criados com a Constituição de 1988.

<https://www.cosemssp.org.br/>

Em São Paulo, o COSEMS/SP recebeu o nome de Associação Paulista de Secretários Municipais de Saúde “Dr. Sebastião de Moraes”. O nome foi dado em homenagem ao Secretário Municipal de Saúde de Campinas e Itu, defensor da municipalização da Saúde.

Em 1990, foi criado o Estatuto do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo “Dr. Sebastião de Moraes”. Nele, é possível encontrar informações sobre os objetivos, a estrutura, os associados, administração e outros temas.

<https://saude.sp.gov.br/conselho-estadual-de-saude-ces/conselho-estadual-de-saude/>

O Conselho Estadual da Saúde (CES), instituído pela Lei 8.356, de 20-7-93, é uma instância colegiada deliberativa e de natureza permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), vinculado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme determina o artigo 221, da Constituição do Estado de São Paulo, e as disposições estabelecidas nas leis 8.080, de 19-9-90, e 8.142, de 28-12-90.

Recursos financeiros

Qual a origem dos recursos para a manutenção do Sistema Único de Saúde SUS?

Os recursos mínimos para saúde e educação são fixados em lei. O governo federal deve destinar 13,2% da receita com impostos; os estados, 12% da receita de impostos e transferências; e os municípios, 15% da receita de impostos e transferências.

O SUS é financiado com os impostos do cidadão, como o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Os municípios são obrigados a destinar 15% do que arrecadam em ações de saúde; e os governos estaduais, 12%.28 de out. de 2020

Onde vem a verba do SUS?

Parte do dinheiro utilizado para financiar o SUS vem de contribuições sociais de patrões e empregados, como o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Outros recursos

Portaria nº3925, de 13 de novembro de 1988(*)

Art. 2º Os recursos do Piso da Atenção Básica - PAB repassados do Fundo Nacional de Saúde diretamente aos Fundos Municipais de Saúde deverão estar identificados nos orçamentos municipais como receita de transferências intergovernamentais provenientes da esfera federal, vinculada diretamente ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Os recursos referidos no artigo anterior poderão ser utilizados para cobertura de quaisquer categorias de despesas constantes dos Planos Municipais de Saúde e das Programações Anuais, aprovadas na Lei de Orçamento dos Municípios ou em Créditos Adicionais específicos, observada a legislação pertinente.

§ 1º Os recursos mencionados destinam-se exclusivamente à execução de ações e serviços de atenção básica à saúde definidos no Manual para Organização da Atenção Básica, no Anexo I desta portaria.

§ 2º Esses recursos não poderão ser utilizados como fonte substitutiva dos recursos próprios atualmente aplicados em saúde pelos Municípios.

Fonte de consulta

<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>

<https://portalfns.saude.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Aplica%C3%A7%C3%A3o-de-recursos-do-SUS-repassados-do-FNS-aos-fundos-de-sa%C3%BAde.pdf>

https://www.conass.org.br/guiainformacao/notas_tecnicas/NT-4-desp-tot-PC-e-perc-rec-prop-saude.pdf

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3925_13_11_1998_rep.html#:~:text=A%20L%20n%C2%BA%208142,a%20sa%C3%BAde%20no%20respectivo%20or%C3%A7amento%22.

Agenda 2030

ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

O conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) é parte integrante da gestão ambiental, cuja aplicação poderá fazer com que as empresas reduzam seu consumo de matérias-primas, água e energia, minimizando a geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas e até aumentando sua produtividade...

Em qual dessas situações ocorre o consumo sustentável?

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o consumo sustentável implica na escolha de produtos que: Utilizaram menos recursos naturais em sua produção. Garantam emprego decente aos que os produziram. São facilmente reaproveitados ou reciclados.

Conheça os 12 princípios do consumo consciente:

- Planeje suas compras...
- Avalie os impactos de seu consumo...
- Consuma apenas o necessário...
- Não compre produtos piratas ou contrabandeados...
- Contribua para a melhoria de produtos e serviços...
- Divulgue o consumo consciente...
- Cobre dos políticos...
- Reflita sobre seus valores.